



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Portaria CNMP-CN nº 00029, de 26 de fevereiro de 2016.

Instaura inspeção extraordinária na(s) Promotoria(s) de Justiça da Comarca de Cajamar com atribuições criminais e de controle externo da atividade policial, situada(s) na Área Regional Grande São Paulo II do Ministério Público de São Paulo.

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, inspeções e correições, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional, nos termos do artigo 67, § 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar inspeções, correições e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

CONSIDERANDO que na 23.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, realizada em 15/12/2015, foi determinado nos autos do Pedido de Providência nº 1.00321/2015-34 (relatoria do Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega) inspeção extraordinária para averiguar a questão relativa ao controle dos inquéritos policiais em trâmite na Comarca de Cajamar/SP, por parte do Ministério Público, no exercício de suas atribuições de controle externo;

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público;

CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tornando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são as de também orientar e

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

buscar o aprimoramento nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação *in loco* do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados;

RESOLVE:

1. Instaurar inspeção extraordinária na(s) Promotoria(s) de Justiça da Comarca de Cajamar com atribuições criminais e de controle externo da atividade policial, situada(s) na Área Regional Grande São Paulo II do Ministério Público de São Paulo, cujos trabalhos serão realizados no período de 08 a 09 de março de 2016, com a finalidade de verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais daquele órgão.
2. Requisitar, para procederem os trabalhos os Procuradores da República no Estado de São Paulo, Dr. Rafael Siqueira de Pretto e Dr. Fabrício Carrer.
3. Determinar que sejam oficiados os Senhores Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos do Estado de São Paulo, informando-os da inspeção, convidando-os para acompanhar os trabalhos.
4. Determinar a autuação desta Portaria como Procedimento de Inspeção Extraordinária, providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no site do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autue-se; publique-se; registre-se; comunique-se; cumpra-se.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO  
Corregedor Nacional do Ministério Público

verso 10 DAU n° 39  
29 02 16  
reg. 52 pg. 69

Marcos Alves  
22423